

HISTÓRIA DA DISCIPLINA JUVENTUDE E EDUCAÇÃO.

Maria José Àviz do Rosário – UFPA
Jesus de Nazaré de Lima Costa – SEMEC/ACARÁ
Leonardo Moraes da Costa – UFPA

RESUMO

No ano de 2019, foi implementada na Universidade Federal do Pará – UFPA, a flexibilização curricular através da Resolução nº 5. 107/PROEG – UFPA, de 26 de outubro de 2018. Tal aprovação estimulou o coletivo do Conexões de Saberes a articular e produzir uma proposta de disciplina, vinculada ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica-NEB pela qual foi possível reunir, apresentar e refletir os conhecimentos acumulados destinada a todas/os alunas/os da instituição. A perspectiva era a ampliação do debate teórico/metodológico sobre a temática juventude educação numa perspectiva de garantia de direitos como é preconizado em um dos objetivos do PNJ, “articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude” (PNJ, 2004, p.4). A disciplina Juventude e Educação fez parte do desenho curricular da UFPA e foi ofertada pela primeira vez no período de 27/03/ a 03/07/2019, às quartas feiras, no horário: 14:30h as 17:00h, no bloco B, do Campus profissional da UFPA, sob a responsabilidade do NEB-PPEB. A turma foi composta por 8 alunas/es dos mais diversos cursos. As aulas presenciais foram expositiva-dialogadas, com a utilização de múltiplos recursos e participação dos movimentos sociais organizados e apresentação de experiências de trabalhos envolvendo a juventude. Em todas as aulas houve a participação intensa da turma e dos coletivos de jovens da UFPA. No decorrer da referida disciplina foram situados historicamente os processos educativos formais no Brasil e suas implicações na educação da Juventude, sem perder de vista que a educação é inerente à humanidade. A disciplina Juventude e Educação NEB/PCS, no contexto da flexibilização curricular da UFPA, foi fruto dos debates acumulados no âmbito do programa Conexões de Saberes que desde 2005 e atuou na formação acadêmica/político de jovens universitários de comunidades populares.

Palavras-Chave: *Juventude e Educação. Movimentos Sociais. Políticas Públicas educacionais.*

1 Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Pará, Belém - Pará, Brasil. Orcid iD <https://orcid.org/0000-0001-8680-5181>. E-mail: mrosario@ufpa.br

2 Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Acará, Pará, Brasil. Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-2571-9543>. E-mail: iesuscosta20@yahoo.com.

3 brBolsista Conexões de Saberes, graduando do curso de História da Universidade Federal do Pará, Ananindeua - Pará, Brasil. E-mail: leo.20071994@gmail.com.



processes in Brazil and their implications for the education of Youth were historically.

HISTORY OF YOUTH AND EDUCATION DISCIPLINE.

ABSTRACT

In In 2019, curriculum flexibility was implemented at the Federal University of Pará - UFPA through Resolution No. 5. 107 / PROEG - UFPA, of October 26, 2018. Such approval encouraged the Connections of Knowledge collective to articulate and produce a discipline proposal, linked to the Nucleus of Transdisciplinary Studies in Basic Education-NEB through which it was possible to gather, present and reflect the accumulated knowledge aimed at all students of the institution. The perspective was to expand the theoretical / methodological debate on the theme of youth education in a perspective of guaranteeing rights as advocated in one of the objectives of the PNJ, “to articulate the various actors of society, government, non-governmental organizations, young people and legislators to build comprehensive public policies for youth” (PNJ, 2004, p.4). The subject of Youth and Education was part of the curricular design of UFPA and was offered for the first time in the period from 27/03/03 to 03/07/2019, on Wednesdays, at the time: 14: 30h to 17: 00h, in block B, from the Professional Campus of UFPA, under the responsibility of NEB-PPEB. The class consisted of 8 students from the most diverse courses. The face-to-face classes were expository-dialogued, with the use of multiple resources and participation of organized social movements and presentation of work experiences involving youth. In all classes there was intense participation by the class and youth groups from UFPA. In the course of that discipline, formal educational situated, without losing sight of the fact that education is inherent to humanity. The NEB / PCS Youth and Education discipline, in the context of UFPA's curricular flexibilization, was the result of debates accumulated in the scope of the Knowledge Connections program that since 2005 and has worked in the academic / political formation of young university students from popular communities.

Keywords: *Youth and Education. Social movements. Educational public policies.*

INTRODUÇÃO

Na A ideia da apresentação e aprovação da disciplina Juventude e Educação NEB/PCS, no contexto da flexibilização curricular da Universidade Federal do Pará-UFPA, é fruto dos debates acumulados no âmbito do programa Conexões de Saberes que desde 2005, atua na formação acadêmica/político de jovens universitários de comunidades populares. O debate é referenciado nas políticas de ações afirmativas e no do Plano Nacional de Juventude que tem como um dos seus objetivos. “Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais Federal, Estadual e Municipal.” (PNJ, 2004, p.04).

A flexibilização curricular da UFPA foi aprovada pela Resolução nº 5. 107/PROEG – UFPA, de 26 de outubro de 2018, e sendo implementada a partir de 2019. Tal aprovação

Revista Programa Conexões /UFPA On-line. – Vol. 4, 2020,



estimulou o coletivo do Conexões de Saberes a articular e produzir uma proposta de disciplina, vinculada ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica-NEB pela qual foi possível reunir, apresentar e refletir os conhecimentos acumulados destinada a todas/os alunas/os da instituição. A perspectiva era a ampliação do debate teórico/metodológico sobre a temática juventude educação numa perspectiva de garantia de direitos como é preconizado em um dos objetivos do PNJ, “articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude” (PNJ, 2004, p.4)

Em 2017, durante o processo de discussão da flexibilização curricular, o Conexões de Saberes, junto com mestrandas/os do PPEB, chamou para si a responsabilidade de construir uma proposta de disciplina que representasse as ideias centrais do grupo sobre a temática juventude e a educação. A proposta foi a apresentada ao NEB em 2018, sendo aprovada na congregação do instituto, codificada no CEEPS e inserida no sistema SIGAA/UFPA sendo ofertada em 2019.

Este texto tem a intenção de apresentar e discutir o processo de criação e desenvolvimento da referida disciplina no contexto da flexibilização curricular da UFPA e a contribuição histórica da formação de jovens das comunidades populares

HISTÓRICO

A O PCS desde sua implantação na UFPA, se preocupa e discute a temática Juventude educação como um dos seus eixos temáticos. Para efetivar as ações constituiu um Grupo de Trabalho - GT o qual é responsável pela articulação, estudos, pesquisa e divulgação das ações referentes à temática em nível local, nacional e internacional.

Nesse processo de mais de 15 anos, a sua história comporta inúmeras ações que já foram desenvolvidas com

destaques para a produção e apresentação de artigos em eventos científicos, a associação em rede com outros grupos, a exemplo do JUBRA, a organização da revista Conexões de Saberes e o desenvolvimento do projeto de extensão, Conectando Saberes do Ensino Médio. História que precisa ser preservada pois problematiza e analisada a partir de textos e contextos temas que ainda hoje merecem cuidados ao serem abordados, como aqueles que garantem a educação moderna, como um direito de todos e dever do estado.



O diálogo nos espaços de atuação e abrangência do GT, em cuja base se encontra o debate sobre a política de ações afirmativas para juventude brasileira, considera que todas/os têm direito à educação de qualidade como preconiza a Constituição brasileira. Entretanto em que pese os estudos e pesquisas que atestam que tal direito tem sido violado historicamente no Brasil, como figura na amostragem do IBGE. “No Brasil, a taxa de analfabetismo, das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos)”. (PNAD Contínua 2019) [1], a importância de se colocar centralidade no debate sobre a juventude e educação ainda se encontra em processo e longe de se chegar a um patamar “aceitável” Os estudos apontam que,

O Brasil tem hoje a maior população de jovens de sua história: são 51 milhões de brasileiros na faixa etária entre 15 e 29 anos. Nossa juventude é plural e diversa e, ao mesmo tempo, sofre os impactos das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais existentes no país. (PNJ, 2018, p. 13)

Considerando esse cenário, os estudos se intensificaram no âmbito do Conexões de Saberes em que se procurava criar ambiência de pesquisa e debate com a intenção de apresentar possíveis caminhos a/aos sobretudo as/os das comunidades populares. Considerando ainda que na UFPA aprofundou o debate sobre a diversidade especialmente voltando-se para os mais vulneráveis. O debate caminhou em duas direções, articulação político e mudança curricular. É neste último aspecto que ganhou força a ideia de flexibilização curricular, em que se pudesse apresentar estratégias para que novos componentes curriculares pudessem ser apresentados a comunidade universitária. “[...] os discentes têm interesses e vocações próprios, cabendo estimulá-los a explorar diferentes oportunidades de formação, contribuindo para a sua progressiva autonomia intelectual e profissional.” (UFPA, 2018, p. 1).

DISCIPLINA JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

Ao A disciplina Juventude e Educação, ch de 60h, crédito 03, faz parte do desenho curricular da UFPA e foi ofertada pela primeira vez no período de 27/03/ a 03/07/2019, às quartas feiras, no horário: 14:30h as 17:00h, no bloco B, do Campus profissional da UFPA, sob a responsabilidade do NEB-PPEB. A turma foi composta por 8 alunas/es dos mais diversos cursos. Em sua ementa preconizou: “A condição histórica da juventude brasileira. A relação entre a Juventude e a educação. Políticas públicas educacionais do estado brasileiro voltada à



juventude. Juventude, participação política e movimentos sociais” (SIGAA-UFPA). Tal ementa procurou do ponto de vista teórico apresentar contribuições à formação de estudantes da instituição e ao mesmo tempo ser um diferencial em termos de componente curricular.

Deste modo, os seus objetivos visavam : Estimular a compreensão dos diferentes fenômenos juvenis na sociedade brasileira; Aprofundar questões sobre o processo de construção histórico da juventude brasileira; Discutir a relação entre a juventude e a educação; Identificar e discutir as políticas públicas educacionais do estado brasileiro voltada a juventude; Analisar a participação política da juventude brasileira nos movimentos sociais. Com mobilização e esforços para o alcance dos objetivos, foi possível articular profissionais que se dedicam a investigação da temática.

Deste modo, foram reunidos professoras/es da Escola Básica, mestrandas/os do PPEB e educadoras/es populares que puderam âmbito de seus conhecimentos teórico/metodológicos tiveram a frente do conteúdo programático que organizados em unidades didáticas, discutiram, Questões conceituais sobre juventude em que pode-se problematizar, definições conceituais: de Juventude; processo de constituição do jovem; diferenças entre noções de jovens e juventude e construção da juventude brasileira - A relação entre a Juventude e educação, onde a discussão recaiu sobre a juventude e o processo educativo e o papel das instituições educativas voltadas a juventude - Políticas públicas educacionais do estado brasileiro voltada a juventude, se ateve, ao jovem como sujeito de direitos; Políticas Públicas e Política educacional voltadas a juventude no Brasil e o papel da legislação na formação do jovem brasileiro: Constituição federal.

LDB e O Estatuto da Criança e do Adolescente e finalmente a Juventude, participação política e movimentos sociais que focou, juventude e participação política: um breve histórico; atores juvenis e ações coletivas no Brasil contemporâneo e os jovens e a luta por educação. As aulas presenciais foram expositiva-dialogadas, com a utilização de múltiplos recursos e participação dos movimentos sociais organizados e apresentação de experiências de trabalhos envolvendo a juventude. Em todas as aulas houve a participação intensa da turma e dos coletivos de jovens da UFPA

No decorrer da referida disciplina foram situados historicamente os processos educativos formais no Brasil e suas implicações na educação da Juventude, sem perder de vista que a educação é inerente à humanidade, nasce da necessidade de manutenção da sobrevivência da espécie e que a produção da existência da existência implica o desenvolvimento de formas



e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência (trabalho) e que a mesma atravessou todos os tempos mediando o/s processo/s de formação social.

A escola como espaços de educação é a instituição que propicia de forma sistemática, o acesso à cultura letrada reclamado pelos membros da sociedade moderna, sem, no entanto, propor um projeto de educação para juventude que ao longo do tempo esteve diluída em meio às propostas gerais. No Século XIX, o aumento da desigualdade entre as classes cresceu - uma grande massa de trabalhadores se tornou miserável e tinha sua força de trabalho explorada em condições subumanas. A Juventude ainda que tivesse um papel importante, não era tratada como protagonista das mudanças ocorridas no processo de modernidade, especialmente no tocante à massificação da escola pública. O Brasil, passou o século XIX sem a implementação da educação pública, logo a juventude brasileira ficou sem acesso à educação formal.

No Século XX, a educação passou por um processo de revisão e expansão sem igual e a Educação Escolarizada fez parte do contexto social político sem diminuir as desigualdades sociais, ao contrário, aprofundou essas contradições sociais e o “descaso” para com a educação da juventude.

Mesmo quando em 1934, quando a Constituição previu a educação como um direito de todos e dever do estado, a juventude esteve fora dos processos educativos formais mais amplos e procurou por conta própria outros caminhos, a exemplo da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 11 de agosto de 1937 que se constituiu numa organização mais sistemática do movimento estudantil brasileiro e das várias campanhas de opinião contra os regimes nazifascistas., implementadas pelos estudantes/juventude, a partir de 1942 e da defesa do patrimônio territorial do país e do petróleo, com a campanha o petróleo é nosso, depois da queda do Estado Novo .

A Constituição de 1946 ao definir a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas. Porém sem sinalizar com um projeto para juventude.

Nos anos 60, a juventude esteve envolvida nas lutas por direitos, especialmente do acesso ao ensino superior.

A ditadura militar, a partir de 1964, impôs uma nova situação que “exigia adequações no âmbito educacional, o que implicava mudanças na legislação que regulava o setor.” (Saviani, 1994, 21)



A juventude novamente foi às ruas contra a ditadura e lei 5.540/68. A lei nº 5692/71 completou o ciclo de reformas educacionais geradas com o intuito de efetuar o ajustamento necessário da educação nacional à ruptura política orquestrada pelo movimento de 64. Tal lei, transformou o ensino brasileiro em Técnico profissionalizante.

Nova orientação dada à educação representava a preocupação com o aprimoramento técnico e o incremento da eficiência e maximização dos resultados e tinha como decorrência a adoção de um ideário que se configurava pela ênfase no aspecto quantitativo, nos meios e técnicas educacionais, na formação profissional e na adaptação do ensino as demandas da produção industrial.

Findo a ditadura e o alvorecer da Nova República, permitiu a feitura da Constituição de 1988, que novamente reafirma a educação como direito de todos e no art. 227 se volta a assegurar questões básicas da juventude.

A constituição permitiu legislações correlatas visando assegurar os direitos da juventude, a exemplo do ECA, em 1990.

Nesses anos 1990, a juventude novamente esteve às voltas com as lutas sociais, e exemplo do Movimento dos caras pintadas que ajudou a renúncia do presidente, em 1992.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96 – instituiu a de Educação Básica e destinando a juventude o ensino fundamental e médio.

Atualmente a juventude vive sob as prescrições educacionais da LDB e ao mesmo tempo sofre todo tipo de abandono social e educacional.

Foram essas e outras questões que a disciplina Juventude e Educação problematizou fundamentando e fundamentação (legal e teórica). -As do ponto de vista legal – teórico-prático, ao longo do I semestre de 2019, na UFPA.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. e BRANCO, Pedro M. (org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.



ARROYO, Miguel González. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos Jovens e Adultos populares? REVEJ@. Revista de Educação de Jovens e Adultos, V,1, n. 0, p.1-108, ago. 2007

BOURDIEU, Pierre. Juventude é apenas uma palavra. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1983, p. 113-121

BRASIL, Constituição Federal de 1988. 2ª ed. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a.

BRASIL. DECRETO Nº 9.306, DE 15 DE MARÇO DE 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 241 p. – (Série legislação; n. 122).

BRASIL. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude**: proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004 / Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: SNJ, 2018.

CARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte. 1, n.0, p.55-67, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.reveja.com.br>>

CARRANO, Paulo. Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, FAPERJ, 2002.

